

Proj. Lei nº 324/08

AO EXPEDIENTE
Em 06 AGO 2008

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

12 AGO 2008

Protocolo 364/08

Processo 341/08

Presidência



Recebido e Autuado, inscriza-se no
Folha

Em 12 / 08 / 2008

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Secretaria



ENSAGEM Nº 117 DE 6 DE AGOSTO DE 2008.

EXCELENTÍSSIMOS SENIORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa cgrégia Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 135, da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que "Altera dispositivos das Leis nºs 1787, de 24 de outubro de 2007 e 1918, de 10 de julho de 2008".

Senhores Parlamentares, o Projeto de Lei em questão pretende incluir nas Leis de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios de 2008 e 2009, autorização para a realização de concursos públicos através da Secretaria de Estado de Administração - SEAD.

Ressalto que este Executivo tem como base legal o cumprimento do disposto na alínea "c", do inciso 2º, do artigo 20, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, *in verbis*:

"Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

II - na esfera estadual:

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;"

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, seja adotado o **Regime de Urgência**, previsto no artigo 232 e seguintes, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

IVO NARCISO CASSOL
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA

Recebido em 06 AGO 2008

Nome: *[Assinatura]*



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI DE 6 DE AGOSTO DE 2008.

Altera dispositivos das Leis nºs 1787, de 24 de outubro de 2007 e 1918, de 10 de julho de 2008.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º O artigo 30, da Lei nº 1787, de 24 de outubro de 2007, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2008”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30.

§ 1º Fica autorizada a realização de concurso público para provimento de cargos, observando-se o disposto nos artigos 37 e 169, da Constituição Federal, artigo 18, inciso V, da Constituição Estadual e artigos 21 e 22, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 2º Os órgãos próprios do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público do Estado e da Defensoria Pública do Estado, assumirão em seus âmbitos as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.”

Art. 2º O artigo 29, da Lei nº 1918, de 10 de julho de 2008, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2009”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29.

§ 1º Fica autorizada a realização de concurso público para provimento de cargos, observando-se o disposto nos artigos 37 e 169, da Constituição Federal, artigo 18, inciso V, da Constituição Estadual e artigos 21 e 22, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 2º Os órgãos próprios do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público do Estado e da Defensoria Pública do Estado, assumirão em seus âmbitos as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.